



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SHIRLEY CABRAL DE VASCONCELOS E SILVA

**PRÁTICAS SEXISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR: apontamentos e reflexões
sobre sexismo, gênero e igualdade na educação**

CAMPINA GRANDE 2017

SHIRLEY CABRAL DE VASCONCELOS E SILVA

**PRÁTICAS SEXISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR: apontamentos e reflexões
sobre sexismo, gênero e igualdade na educação**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia pela
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora:
Prof^a Mestra Antônia de Araújo Farias

CAMPINA GRANDE 2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S586p Silva, Shirley Cabral de Vasconcelos e.
Práticas sexistas no contexto escolar: apontamentos e reflexões sobre sexismo, gênero e igualdade na educação [manuscrito] : Práticas sexistas no contexto escolar / Shirley Cabral de Vasconcelos e Silva. - 2017
43 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação : Prof. Dr. Antônia de Araújo Farias, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Identidade de gênero. 2. Contracultura. 3. Movimento feminista. 4. Igualdade de gênero.

21. ed. CDD 305.4

SHIRLEY CABRAL DE VASCONCELOS E SILVA

**PRÁTICAS SEXISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR: APONTAMENTOS E
REFLEXÕES SOBRE SEXISMO, GÊNERO E IGUALDADE NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia, Universidade
Estadual da Paraíba.

Orientador:
Prof^ª Mestra Antônia de Araújo Farias

Aprovada em: 01/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Antônia de Araújo Farias

Prof. Mestra Antônia Farias (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria das Graças Ferreira de Lima

Prof^ª. Mestra Maria das Graças Ferreira Lima (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Moura Montenegro

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Moura Montenegro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a minha família, aos meus pais que, de tudo fizeram para que eu pudesse me formar, a minha mãe que de forma muito especial deposita em mim toda confiança que há no mundo e que pela qual quero de forma honrada lhe retribuir todo amor infinito que dedica a mim. Dedico também este trabalho ao meu esposo Tadeu e ao meu filho Samuel, dos quais são minhas razões de viver.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos em primeiro lugar ao meu Deus, a ele toda honra e toda glória, que presenteou com o dom da vida e me fez a todo o momento durante minha jornada acadêmica a não desistir do meu curso, pois bem sabe ele do quanto o curso sempre foi importante para mim, ele que sabe de todas as coisas e até este momento tem me segurado em seus braços me livrando de desatinos e tormentas, ao meu Deus eu agradeço de forma intensa, humilde e eterna.

Quero agradecer a minha família, aos meus pais, ao meu marido e ao meu filho, que, juntos, são minha fortaleza, minha razão de viver pelos quais dedico um amor maior do que eu, mais imenso do que eu posso em minha condição humana descrever.

A você minha mãe, um agradecimento muito especial, pelas inúmeras vezes que me apoiou e me ajudou da forma mais amorosa desse mundo, a você meu marido agradeço de forma intensa pela paciência e por entender muitas vezes que sobrecarregada de afazeres acadêmicos não lhe dei atenção como você merece.

E de forma muito especial, a você, meu filho Samuel, que, no final desta trajetória chegou para iluminar a minha vida e me fazer ser capaz de amar da forma mais linda mundo de um jeito tão infinito que seria capaz de doar a minha vida pela sua vida, te amo meu filho!

Agradeço aos amigos de curso, pelo companheirismo e amizade, que levarei para sempre comigo, guardadas em meu coração as memórias de nossas vivências, de nossos dias difíceis e momentos de amizade compartilhados diariamente.

Agradeço de forma muito especial aos meus professores e professoras que passaram por nossa trajetória universitária nos proporcionando não apenas conhecimento acadêmico, mas amizade, dedicação e afeto, de forma carinhosa destaco, minha orientadora Antônia Farias, minha professora Livânia Beltrão e o grande mestre Jameson Ramos Campos, desses mestres em especial pela forma como marcaram minha trajetória acadêmica o meu agradecimento e a minha completa admiração.

VIVENDO

Num dia

Dava passos

No outro

Já voava

Nos dias tristes

Tenho sapatos

Nos dias felizes

Crio asas!

(Shirley Vasconcelos)

PRÁTICAS SEXISTAS NO CONTEXTO ESCOLAR: apontamentos e reflexões sobre sexismo, gênero e igualdade na Educação

RESUMO

Objetivou-se neste trabalho investigar práticas sexistas no contexto escolar. Partindo-se de observações acidentais de práticas sociais discriminatórias entre meninas e meninos, na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, sentiu-se a necessidade de investigar suas possíveis causas. Sabe-se que o século XX foi marcado por movimentos sociais como o movimento feminista, que trouxe consideráveis contribuições para a luta por igualdade sexual. O sexismo foi debatido nesse contexto histórico trazendo novas concepções do ser masculino e feminino para o seio das sociedades ocidentais modernas. Porém se observa que as práticas sexistas continuam marcando o cotidiano nas sociedades de todo mundo. Segundo Durkheim, somos o que nossa sociedade nos determina ser. Quando nascemos nos deparamos com uma cultura precedente que nos modela para vida em sociedade. Considerar como hipótese de trabalho que nossa sociedade ainda não foi capaz de assimilar a igualdade sexual como um valor universal a ser transmitido pode lançar luzes na compreensão das possíveis causas que nos levam a continuar com práticas sexistas, principalmente no âmbito escolar. Para tanto, organizou-se uma investigação de abordagem qualitativa que buscou compreender se a ideia de igualdade sexual está clara e assumida nos discursos de sujeitos diretamente relacionados com a educação das novas gerações, como um valor educacional a ser defendido e ensinado. Concluiu-se, assustadoramente, que a igualdade sexual como um valor universal a ser transmitido para as futuras gerações não chegou a ser totalmente assimilado, sendo inclusive ignorado e incompreendido por alguns dos sujeitos investigados.

Palavras-chave: sexismo, identidade de gênero, cultura e contracultura, movimento feminista e igualdade de gênero.

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate sexist practices in the school context. Based on accidental observations of discriminatory social practices between girls and boys, in Early Childhood Education and early grades of elementary school, there was a need to investigate its possible causes. It is known that the twentieth century was marked by social movements as the feminist movement, which brought considerable contributions to the struggle for sexual equality. Sexism was debated in this historical context bringing new conceptions of male and female being into the bosom of modern Western societies. However, it can be observed that sexist practices continue to mark everyday life in societies around the world. According to Durkheim, we are what our society determines to be. When we are born we are faced with a previous culture that shapes us for life in society. Considering as a working hypothesis that our society has not yet been able to assimilate sexual equality as a universal value to be transmitted can shed light on the understanding of the possible causes that lead us to continue with sexist practices, especially in school. For that, a qualitative research was organized that sought to understand if the idea of sexual equality is clear and assumed in the discourses of subjects directly related to the education of the new generations, as an educational value to be defended and taught. It was concluded, alarmingly, that sexual equality as a universal value to be passed on to future generations did not come to be fully assimilated and even ignored and misunderstood by some of the subjects investigated.

Keywords: sexism, gender identity, culture and contraction, feminist movement and gender equality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	
2.1	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	
2.1.1	Práticas sexistas no ambiente escolar apontamentos e reflexões	14
2.1.2	Herança de uma educação religiosa	17
2.1.3	Sexismo e o movimento feminista-conceito e implicações na escola	19
2.1.4	Cultura, contracultura e o currículo oculto na educação	22
2.1.5	Igualdade de gênero: um caminho a ser seguido pela escola	27
2.2	PERCURSO METODOLÓGICO	29
2.3	RESULTADOS ENCONTRADOS E ANÁLISES	32
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

- Pai...
- Hummmmm?
- Como é o feminino de sexo?
- O quê?
- O feminino de sexo.
- Não tem.
- Sexo não tem feminino?
- Não.
- Só tem sexo masculino?
- É. Quer dizer, não...

Extraído de “Sexa”, Luis Fernando Veríssimo

1 INTRODUÇÃO

A prática sexista no mundo é um tema muito antigo que remonta tempos imemoriáveis. Conta-nos Aníbal Ponce, em seu livro “Educação e lutas de Classes”, que apenas nas sociedades primitivas, antes do surgimento das sociedades divididas em classes, houve relações de igualdade entre os sexos. Após esse período, percebe-se, que as relações de igualdade foram se transformando em relações de submissão das mulheres pelos homens (PONCE, 1995). Na própria Bíblia encontramos em vários trechos da história do povo Hebreu a marca das relações de submissão das mulheres com relação aos homens. Só apenas nos evangelhos, onde se narra a vida de Jesus, vamos encontrar essa condição de submissão questionada pelo próprio Jesus.

Nas sociedades ocidentais como Grécia e Roma, essa realidade de submissão da mulher não era diferente. Nas sociedades medievais o mesmo se repetia. A igualdade sexual só passou a ser reivindicada pelas próprias mulheres no contexto histórico das sociedades industrializadas dos séculos XIX e XX, ou seja, nas sociedades capitalistas modernas contemporâneas. Durante o século XIX temos vários relatos históricos que narram momentos importantes da luta das mulheres por direitos iguais.

Destacando esse protagonismo feminino na busca pelos seus direitos, um grande marco histórico do movimento feminista do século XX se deu no protesto que ficou conhecido mundialmente como “a queima dos sutiãs”, onde as ativistas do movimento feminista denominado de Wolman’s Liberation Moviment dos EUA, que pretendiam atear fogo em objetos femininos como sutiãs, maquiagens, espartilhos e outros objetos que impunham a indução da beleza feminina, durante o concurso de Miss American. Entretanto as ativistas não conseguiram atear fogo em tais objetos, pois o espaço do concurso de miss era um espaço público, porém o movimento teve sua importância e repercussão em

nível mundial simbolizando uma abertura para a liberdade feminina. (CAVALCANTI, 2008)

Observa-se que, a intensificação do movimento feminista a partir da mobilização de mulheres de vários países durante o século XX, em busca da emancipação e luta pela igualdade de direitos sociais e políticos, ajudou a superar muitos valores morais retrógrados que eram orientados para a diferenciação em torno do ser homem e ser mulher. Como consequência as mulheres conquistaram o direito ao voto, a uma maior atuação maior em vários campos de trabalho, etc. Porém, as práticas sexistas são facilmente identificadas em muitas atividades sociais realizadas por um grande número de mulheres e homens por todo mundo.

No ambiente escolar não seria diferente, uma vez que a escola é parte integrante da sociedade, está dentro dela não fora. Cotidianamente e de forma aparentemente natural, na escola observamos práticas sexistas por professores e demais educadores, o que nos mostra que a escola está indo em direção oposta aos direitos já conquistados pelas mulheres. A escola vem acentuando em suas práticas sociais cotidianas a divisão de atividades por sexo, o que tem levado a ser questionada em seu papel como instituição responsável pelo desenvolvimento humano pleno, uma vez que favorece mais ao desenvolvimento pleno masculino prejudicando o feminino.

Hoje é comum nas escolas vermos meninas vestidas de bailarinas para as aulas de balé e meninos vestidos de quimono para o judô, ambos, excluídos de atividades que são “denominadas” para meninos e atividades “próprias” para meninas. Se pararmos para observar a rotina da maioria das escolas, podemos facilmente perceber o quanto as atividades cotidianas são organizadas a partir do sexo, vemos meninos correndo pela quadra brincando de bola e meninas quietas com seus “grupinhos” ninando suas bonecas.

Como se não bastassem atividades discriminatórias, se exige, ainda das meninas, comportamentos meigos, quietos, suaves, postura comportada, atenciosa e organizada, determinando com isso o que faz parte do gênero feminino. Enquanto se espera o contrário dos meninos: um jeito mais espontâneo, sem cobranças quanto à organização e a postura, exigindo até que meninos não possam chorar só porque são homens. O que por sua vez delimita o que faz parte do gênero masculino. Por outro lado, essas questões

não estão sendo problematizadas na Escola pelos profissionais responsáveis pela formação das novas gerações, ao contrário, há uma tentativa de naturalização.

Herdamos os tabus e preconceitos de uma educação religiosa que por muito tempo manteve a escola indiferente sobre gênero e sexualidade, como se essas questões não fossem temas importantes para serem trabalhados em sala de aula. Os resultados dessa educação religiosa refletem-se até os dias de hoje, e estão impregnados em nossa prática docente, em nossa maneira de pensar e agir quando nos envergonhamos de tratar tais temas como educacionais.

Segundo Louro (1998), desde sempre a escola fez a separação de gêneros separando católicos de protestantes, pobres de ricos, negros de brancos, principalmente meninos de meninas. As escolas dedicadas à educação feminina dedicavam intensas horas de cursos de habilidades manuais como costura e pintura. Já para os homens, prezava-se o seminário e o colégio militar. Nos dias atuais, essas práticas, certamente, já foram superadas, mas essa “marca distintiva” se esconde sob novas formas e nos novos instrumentos e práticas educativas.

Essas novas formas sexistas estão presentes nas falas dos professores com relação aos seus alunos, uma fala mais doce ao se referir as meninas e uma fala mais firme para com os meninos, uma cobrança que meninos sejam mais habilidosos com a Matemática e as meninas com o Português. Outra forma comum é a de atribuir cores específicas para cada sexo, para o sexo feminino, cores como o rosa e o vermelho, já para o sexo masculino cores como o azul e o verde, práticas estas que, dão uma nova versão ao sexismo praticado no ambiente escolar.

Nesse sentido, é pertinente que sejam levantadas questões a respeito do que poderia estar provocando esse retrocesso com respeito ao tema do sexismo, o que se justifica fazer um estudo mais profundo do tema através de pesquisa. Para tanto, foi organizado um estudo buscando

O que se pretende saber é o porquê dessas práticas sexistas, mesmo nos dias atuais, onde a sociedade está mais aberta para essas questões de gênero, ocorrerem de modo tão usual em um ambiente onde as diferenças deveriam ser superadas e todas as atividades deveriam ser direcionadas da mesma maneira tanto para meninas quanto para meninos. A questão do sexismo não está satisfatoriamente superada pela sociedade atual, ao

contrário, está enraizada, perpetuada e reproduzida pela escola através de práticas pedagógicas discriminatórias. Assim podemos constatar que:

Portanto, se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimento, nem mesmo os produz, mas, que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade, se admitimos que a escola esteja intrinsecamente comprometida à manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1998, p. 85 e 86).

A importância de fazer um estudo sobre as práticas sexistas na escola se deve ao fato de que, à medida que, conhecemos essa realidade a luz de estudos teóricos sobre esse tema, podemos combater o sexismo de modo mais eficaz, diminuindo as diferenças entre meninas e meninos, para tanto, se organizou um estudo cujos objetivos podemos expor a seguir.

De modo geral tendo como objetivo compreender a luz de estudos teóricos sobre sociedade e educação a prática sexista no contexto escolar, bem como especificamente identificar as práticas sexistas no âmbito escolar, realizar estudos teóricos sobre as práticas sexistas em nossa sociedade e interpretar as práticas sexistas a luz de teorias apropriadas.

Os estudos demonstram o papel fundamental da escola em reproduzir práticas sexistas na sua rotina, pois, sabemos que a escola ocupa uma posição estratégica na sociedade e nos processos de normatização do sujeito, conforme destaca Guacira Louro (1998, 1999, 2003), há um esforço institucional para formar sujeitos “normais”, dentro dos padrões comportamentais e de valores regidos e aceitos pela sociedade, enfim, o que observamos frequentemente, consiste em um processo contínuo que visa à produção de corpos e mentes dóceis, coerentes com as normas sociais (Louro, 1998, 1999, 2003).

Podemos então confirmar que a escola reproduz a cultura dominante que é aceita pela sociedade, então, podemos parar para pensar o que seria essa cultura dentro de um contexto social, assim:

A cultura como tende a ser vista agora, é tanto um agente da desordem quanto um instrumento de ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopetuação quanto em garantir as condições para futuras

experimentações e mudanças. Ou melhor, a cultura se “autoperpetua” na medida em que não o padrão, mas o impulso de modificá-lo, de alterá-lo é substituído por outro padrão continua viável e potente com o passar do tempo. (BAUMAN, 2012. p. 28).

Ou seja, assim entendemos que a cultura de uma sociedade está disseminada dentro da escola e a mesma por sua vez tem o papel de transmiti-la aos seus alunos através de suas práticas docentes, se, a sociedade por sua vez apoia as desigualdades entre homens e mulheres, e o sexismo está presente em todas as esferas sociais, a escola irá reproduzir essa realidade em suas atividades, no que chamamos de *currículo oculto*, e que se constitui como peça fundamental na manutenção das desigualdades reproduzidas na escola, desta forma:

[...] constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 1997, p.11).

Como a escola, por sua vez, foi usada para a manutenção de ideologias e a transmissão da cultura dominante, esse entendimento pode ser o ponto de partida para que possamos entender e explicar a o porquê das práticas sexistas serem tão presentes em nossas salas de aula mesmo depois de tanto tempo passado desde os primeiros movimentos feministas iniciados na década de 60.

2 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

2.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

2.1.1 Práticas sexistas no ambiente escolar apontamentos e reflexões

Como já exposto anteriormente, as práticas sexistas têm sido o meio pelo qual a escola reproduz as desigualdades de gênero, determinando o que meninas e meninos podem ou não fazer dentro do ambiente escolar. Essas práticas sexistas não são apenas praticadas pela escola, mas por uma sociedade que ainda é desigual para homens e mulheres. Sabemos que a escola reproduz ideologias e desigualdades assim como, sabemos que, mesmo diante de tanta luta praticada pelas mulheres com o movimento feminista, muito ainda há para ser superado e enfrentado, aceitar a escola como aparelho que reproduz e acentua desigualdades de gênero é cooperar com uma sociedade injusta e discriminatória principalmente para as mulheres.

Em se tratando de diferenças, a escola entende bastante, e no que se refere a gênero fica bastante evidente o quanto a escola transmite essa ideologia em seus conteúdos, falas, proposta pedagógica e demais atividades escolares. Transmite-se para os alunos um modelo de um homem e mulher que atende aos preceitos sociais aceitos pela cultura dominante através de resquícios de uma educação religiosa da qual herdamos muito preconceito desde os jesuítas até os dias atuais, nossa educação está alicerçada em bases religiosas das quais até hoje recebemos influências, assim:

“O importante a ressaltar é que a formação intelectual oferecida pelos Jesuítas, e, portanto, a formação da elite nacional, será marcada por uma ‘intensa’ rigidez na maneira de pensar e, conseqüentemente, de interpretar a realidade” (RIBEIRO, 1998, P. 25).

Cria-se um padrão feminino e masculino modelado socialmente, estabelecido pela família e aperfeiçoado e reforçado pela instituição escolar. Na escola, observam-se as práticas sexistas com bastante clareza em toda sua rotina de aula, desde o fardamento, que em muitas escolas é diferente para meninos e meninas, até mesmo as atividades escolares associadas ao discurso dos profissionais que fazem a escola bem como sua interação com os alunos é possível observar a existência de práticas sexistas que orientam como meninas e meninos devem portar-se no ambiente escolar.

Para as meninas, um jeito mais doce ao se referir a elas, uma postura mais calma que exige que meninas sejam inteligentes, tenham boa caligrafia, dominem com mais facilidade os conhecimentos voltados para o Português e sejam obedientes e comportadas. O contrário exige-se dos meninos, que se comportem de maneira mais ativa, aceitando mais comportamentos indisciplinados, sem ter exigência necessária quanto a caligrafia e que tenham bom domínio na Matemática e Ciências, por exemplo, como aponta:

A escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Com a formação do currículo, a escolha dos conteúdos e materiais a serem trabalhados, o estabelecimento de relações interpessoais entre os membros da escola e os métodos utilizados no ensino, a escola atua em seu papel de instituidora de identidades, ditando não apenas comportamentos, concepções e atitudes a seus alunos, mas também classificando e punindo aqueles desviantes do que é considerado normal (LOURO, 2003, p. 81)

O mais espantoso e estarrecedor é que, além de auxiliar nessa imposição digamos assim, de práticas sexistas, a escola ainda pune aqueles que não se comportam como tal, num processo que podemos denominar de *violência simbólica*, mesmo que de maneira

discreta e silenciosa, de algum modo, os alunos que tendem a não se comportarem com as exigências estabelecidas na escola são excluídos, descriminalizados e até mesmo violentados por não estarem “dentro dos padrões”. Desta forma podemos entender a violência simbólica como:

Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global. Nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o “desconhecimento” social do espaço, onde se trata, simbolicamente a luta de classes. (BOURDIEU, 1989. p. 15).

Essa violência pode ser percebida sob vários aspectos dentro do ambiente escolar, seja no discurso constrangedor do professor em relação ao seu aluno, seja sob forma de punição por não ter conduta em conformidade com o que é aceito, seja sob forma de exigência quando a escola não permite que o aluno expresse sua vontade livremente ou mesmo sob forma de exclusão quando não inclui o aluno em determinadas atividades o deixando a margem e não dando atenção necessária quando o mesmo precisa.

O menino que demonstrar interesse por brincar com as meninas e fazer parte dos seus grupinhos será hostilizado por seus colegas, muitas vezes por seus professores e por muitos dos profissionais da escola. Da mesma maneira as meninas que demonstrarem interesse por futebol serão hostilizadas pelos que fazem a escola e, em muitos casos até impedidas de praticar o que gostam, assim constata-se que:

No cotidiano escolar, é bastante comum alunos como alvos de estigmatização por aqueles que se consideram perfeitos, sejam professores ou seus próprios pares. Qualquer traço que fuja dos padrões “normais” pode levar um grupo ao preconceito e à discriminação provocando a exclusão do “diferente” e este, muitas vezes, passa a assumir a condição de incapaz, de desacreditado. É possível afirmar, portanto, que a violência simbólica também se dá, nos julgamentos interpessoais que são frequentemente, influenciados por estereótipos, que rotulam e estigmatizam os alunos. (BORBA, RUSSO, 2011. p. 33)

O ambiente escolar pode sem dúvida ocasionar frustrações e violência, as práticas sexistas colaboram para a discriminação e exclusão gerando violência e impedindo o desenvolvimento das crianças, eis que surge a necessidade de criar um ambiente escolar preparado para diminuir as diferenças e aumentar o entrosamento e a interação entre as crianças sem que haja danos para os meninos e meninas, lutando pra que toda e qualquer forma de exclusão e discriminação seja encorajada e praticada no ambiente escolar, os professores e demais membros da escola devem se unir em busca da igualdade.

2.1.2 Herança de uma educação religiosa

Voltando-nos para a história da nossa educação, podemos compreender um pouco dessa dimensão preconceituosa que a nossa educação se firmou no passado e que, com bastante intensidade ainda é a realidade das salas de aula por todo o país. Uma herança forte de discriminação e preconceito, reflexos de um ensino religioso rígido e tradicional voltada para a elite, “uma das consequências, porém, certamente a mais larga e a mais importante [...] que se desenvolveu pela ação pedagógica dos Jesuítas, foi à unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer, fornecendo uma base ideológica, linguística, religiosa e cultural” (AZEVEDO, 1976, p. 41).

Podemos constatar que, desde os primeiros passos da educação e do ensino ao longo do tempo, a escola foi marcada pela força e pela influência da religiosidade, desde o Brasil colonial e podemos dizer que, até o Brasil de hoje, parafraseando Ribeiro (1998), ressalta-se que tudo passa pela questão do ensino religioso, como forma de evangelização, assim se sucedeu por anos passando pelo Brasil império e chegando a atualidade no Brasil república.

Mesmo com as mudanças nas leis, o resquício de nossa educação religiosa nos proporcionou uma base de educação pautada em valores morais e éticos de acordo com a religião, e a mesma atribui a nossa formação um caráter rígido com relação às identidades de gêneros, nos períodos colonial e imperial, o que historicamente denominou-se *Regime do Padroado* e do *Regalismo*, foi-se mantido com o catolicismo muitos privilégios junto a coroa, segundo Severino:

[...] no processo ideológico da política educacional desenvolvida pelo Estado brasileiro, é característica a utilização do ideário católico como concepção de mundo, exercendo a função ideológica para a sustentação e a reprodução desse modelo de sociedade. A cosmovisão católica serviu de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante ao mesmo tempo em que fundava a legitimação, junto às classes dominadas, dessa situação econômico-social, objetivamente marcada pela exploração e dominação da maioria por uma minoria. (SEVERINO, 1986, p. 70)

Com a instalação da República e dos valores republicanos foi implantado o Estado laico, mesmo sendo questionado pela igreja católica, legitimando a separação das instâncias católicas e demais instituições do Estado, na educação, ela tornou-se laica para rede pública de ensino proibindo cultos e manifestações de crenças de qualquer tipo de religião nos espaços escolares. Assim segundo Cury:

[...] a Constituição laiciza, respondendo a liberdade plena de culto e a separação da igreja e do Estado (conforme a Constituição “provisória”) e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos (CURY, 1996, p. 76).

Desprender-se totalmente e integralmente do catolicismo não foi algo que a Educação conseguiu ao longo do tempo, mesmo com a proibição de manifestações religiosas nas escolas públicas, as congregações religiosas foram se criando e formando seus próprios colégios e assim mantendo religião e educação sempre unidas. Com caráter doutrinário no passado, hoje o ensino religioso, adquire status de área de conhecimento nas propostas curriculares nas escolas. Sobre a escola, a religião e a família afirma-se que:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, a família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo... ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.... Por fim, a Escola, mesmo quando já libertada da tutela da igreja continua a transmitir os pressupostos da reprodução patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes ... faculdades, entre as disciplinas ('moles ou duras' ...), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações. (BOURDIEU 1999, p. 103-104).

Nascemos dentro de uma instituição que é a família, durante nossos primeiros meses estamos sob as concepções morais e de valores da nossa família, esta que, tem seus próprios valores e também é reflexo de algumas concepções e valores advindos de uma sociedade que também é reflexo de um passado, onde a religião foi algo determinante em sua educação tanto doméstica quanto escolar, pois como já vimos a escola e a religião caminharam de mãos dadas por muito tempo, estabelecendo na sociedade dogmas religiosos e criando concepções e atribuições diferentes para homens e mulheres.

2.1.3 Sexismo e o movimento feminista- conceito e implicações na escola

Quando nos voltamos para o sexismo, após esse breve conhecimento histórico de nossa educação, principalmente àquela que nos referimos a dos Jesuítas, podemos entendê-lo

como parte desse processo educacional religioso, onde essa educação, baseada nos preceitos religiosos e morais da elite, já punha a figura da mulher como mais frágil, dona do lar, em que, por natureza deveria se comportar de forma submissa ao homem e a sua família, assim, constitui-se então o que denominou-se de *movimento feminista*.

A partir da inconformidade das mulheres com essas situações já relatadas ao longo do tempo que atravessa séculos e a cada novo tempo se revestem de novas formas, agressões e discriminações. Em busca de uma emancipação moral e social, surgem os primeiros movimentos feministas na década de 60 que vão se consolidando ao longo do tempo e em meados de 70, apresenta-se como uma inegável força política com grande poder transformador, para Melucci (2001: 105):

O movimento das mulheres mais do que outro movimento, significou o apelo a uma diferença que originou a ação coletiva: diferença irredutível, porque radicada na natureza e na experiência ancestral da espécie. Por isso, é tão mais difícil separar as lutas das mulheres da história da mulher, da consciência de uma subordinação que penetra na memória mais arcaica das sociedades humanas.

Desde sempre aprendemos a ser mulher, nos comportando como tal e, aprendemos a sermos homens da mesma forma, ambos os casos, seguindo as orientações culturais do meio onde estamos inseridos, sendo desta forma:

Criações culturais e, como tal são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos a cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina, assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino, aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente. Como se tais qualidades fossem parte de suas próprias “naturezas”. Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia a racionalidade. (ALVES, Pitanguy, 1985. p. 55-56)

É importante entendermos o movimento feminista e o sexismo como parte de processos históricos e culturais para que possamos compreender o quanto a escola retrocede e reproduz as desigualdades de gênero, não apenas reproduzindo a desigualdade, mas, ajudando a disseminá-la ainda mais quando por “inocência” permite que meninas chorem e assumam sua fragilidade, enquanto que, meninos são orientados a todo o momento a serem fortes, a não chorarem e estarem sempre firmes diante de suas fragilidades.

Surgido no ocidente no século XIX, o movimento feminista em um primeiro momento reúne mulheres que lutam por direitos civis negados as mesmas por serem do sexo feminino. Segundo Louro (1997) salienta para a visibilidade e expressividade que o Sufragismo (*movimento voltado para estender o direito ao voto*) teve na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina ganham (...) “uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o *Sufragismo* passou a ser reconhecido, posteriormente, como a ‘primeira onda’ do feminismo”.

Em pensar que, as mulheres não votavam, não trabalhavam, viviam escravizadas aos serviços do lar, não tinham acesso ao estudo e eram totalmente submissas aos seus maridos que mais pareciam seus donos, podendo-as de sua própria liberdade, já avançamos muito, porém as práticas sexistas que ainda perduram em nossa sociedade atual fazem retroceder a luta por uma sociedade mais justa e igual para homens e mulheres. Hoje, os desafios não são mais os mesmos para as mulheres, os desafios são tão ou maiores quanto os já enfrentados e a escola por sua vez tem função importante em combater ou acentuar as ideologias de gêneros.

Para Louro (1997) a diferença que sempre existiu entre os gêneros serviu para explicar e até mesmo para justificar as diferenças e distinções entre os sexos, baseado no princípio das características biológicas, que também, sempre foram utilizadas para “provar” e apontar diferenças físicas, psíquicas e comportamentais. Em consequência serviu (...) “para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero.

Desta maneira, apontando habilidades de acordo com cada gênero, a escola retrocede, reproduz, difere e agrava ainda mais o sexismo, incentivando comportamentos machistas, acentuando as diferenças, para se ter uma noção do quanto à escola atual atua em prol das diferenças de gênero, até os discursos dos profissionais da escola, em especial dos professores, acentua ainda mais as diferenças, quem nunca escutou a frase “turmas com mais meninos são mais barulhentas, já, turmas com maior número de meninas é mais silenciosa”, desta forma afirma Louro (1997, p. 70), “É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que, a professora disser que “os alunos que acabaram a tarefa podem ir para o recreio”, *ela* deve se sentir incluída”.

São esses alguns exemplos do quanto o ensino está intrinsecamente constituído de práticas sexistas, desde os mais simples e corriqueiros acontecimentos na escola, até as mais sistemáticas atividades desenvolvidas em sala de aula sendo os discursos e falas dos profissionais da educação, instrumentos que modelam comportamentos que são carregados de ideologias de gênero.

Resistindo as lutas, ao tempo e as manifestações atuais por igualdade de gênero, o sexismo pode ser entendido como atitudes de discriminação entre os sexos, onde a parte mais afetada é a das mulheres, assim afirma Louro (1998, p. 22), “Sexismo seria baseado num determinismo biológico onde mulheres e homens teriam papéis sociais determinados em função da distinção sexual "macho/fêmea”.

2.1.4 Cultura, contracultura e o currículo oculto na educação

Para atender a uma demanda social de indivíduos condizentes com a realidade social e com aquilo que é determinado pela cultura dominante, a escola e a educação que oferece aos indivíduos, tem por finalidade construir uma imagem de homem e mulher com base nos modelos sociais existentes, onde a constituição de gênero não está ligada a biologia, mas sim, a cultura da elite, cultura esta, cultivada pela instituição escolar com bastante cuidado e empenho.

Assim, segundo (MORENO. 1999) não é a biologia que condiciona nossos limites e possibilidades, nosso comportamento e modo de ser, quem determina é a sociedade e a cultura. Pois, se, os seres humanos fossem guiados por impulsos biológicos e se os comportamentos considerados do sexo feminino e masculino fossem naturais e predeterminados não haveria a necessidade de educar de forma tão cuidadosa os aspectos diferenciais que fogem da conduta esperada para cada sexo, seria necessário apenas deixar a natureza atuar, sem interferências.

A maneira como os indivíduos são educados na escola está ligada a cultura que os regem, a cultura determina o quê e como irão aprender, se, vivemos em uma sociedade desigual para homens e mulheres, provavelmente teremos uma educação que irá privilegiar as diferenças entre os sexos, na escola, as práticas sexistas são como uma espécie de instrumento que irá propiciar e reproduzir as desigualdades sociais, assim segundo Bourdieu (1977), além de disposições psicológicas, também se manifestam na escola os gostos, as preferências, as maneiras características de classe que vão auxiliar o

constante reenquadramento dos indivíduos nas suas classes de origem e nesse processo que ele chama de “classificação” e “reclassificação” a partir do *habitus* que a escola passa a ter um papel atuante e, neste sentido é a melhor instituição para a reprodução dos privilégios de classe porque exerce essa função de forma velada “aparentando” neutralidade.

Além de conteúdos, ensinamentos sistematizados das áreas de conhecimento como matemática, ciências, Português, História e Geografia, a escola, ensina a cultura, os valores culturais da nossa sociedade tanto quanto ensina conhecimentos científicos, um exemplo que podemos citar é a questão das datas comemorativas, grande parte dos currículos das escolas principalmente nos primeiros anos de ensino está voltado para a temática das datas comemorativas, um importante indicador de que o ensino da cultura está muito presente nas salas de aula.

Os valores culturais presentes na páscoa, carnaval, sete de setembro, descobrimento do Brasil, Natal, dia do índio, dia das mães e dos pais e demais datas comemorativas, refletem os valores culturais que estão presentes em nossa sociedade e que a escola nos transmite reforçando o que devemos fazer e como devemos ser, quando, na comemoração do dia do índio, pintamos as crianças com tinta guache e fazemos cocás com EVA ou penas, estamos dizendo para as crianças que os índios são daquela maneira, ou seja, criando estereótipos. Desta forma afirma:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina. (DURKHEIM, 1978, p. 41)

Deste modo a cultura influenciará o currículo das escolas que determinará o que as crianças vão aprender, como elas irão aprender e como irão se comportar, organizando toda a prática educativa dentro dos padrões condizentes com a realidade que a criança está inserida, desta forma a cultura passa ser parte fundamental da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. Sendo a cultura algo difícil de definir e delimitar um conceito, pela abrangência e pela importância que a mesma ocupa nas sociedades.

Segundo Bourdieu, irá definir cultura através do que ele chamou de Capital Cultural que é entendido tanto como uma espécie incorporação intransferível de capacidades cognitivas quanto tudo aquilo que está relacionado com a posse de bens e certificados

que garantem vantagens àqueles que os detém. Para que os processos de reprodução social aconteçam, acirram-se os modos de dominação, que podem ser entendidos como tudo aquilo que “permite” que uma ordem se reproduza no reconhecimento e desconhecimento da arbitrariedade que a institui, Pinto (2000).

A reprodução cultural segundo Bourdieu (1976) focaliza-se no próprio sistema escolar para tentar desvelar a reprodução das desigualdades. Já que, a escola e o Estado são instituições sociais de elaboração e de imposição e o sistema de ensino, especificamente, é visto como o lócus desse tipo de dominação indireta, Bourdieu (1998). Impõe-se como verdade o que a escola transmite como se, suas “verdades” tivessem neutralidade o suficiente para serem perpetuadas e disseminadas como algo inquestionável e que deve ser aceito de forma absoluta.

Da mesma forma que as desigualdades sociais e a cultura da classe dominante são reproduzidas pela escola, o sexismo também é propagado, estimulado e naturalizado como algo que faz parte do processo de construção das identidades dos indivíduos na escola. As práticas sexistas obedecem aos preceitos de uma educação heteronormativa, onde o padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada é pautada sob o ponto de vista do gênero como organizador da cultura, articulado com a sexualidade dos indivíduos, modula esse modo heteronormativo de viver socialmente, desta forma:

[...] uma lógica na representação hegemônica do gênero e da sexualidade que definiria uma coerência “natural” e “inerente” entre sexo-gênero-sexualidade; isto é, cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e este interesse seria ratificado pela possibilidade procriativa. (LOURO, 1999).

Esta representação da sexualidade, desse modo heteronormativo de viver socialmente é naturalizado como algo que faz parte da nossa cultura e que “não pode” ser mudado, historicamente isso vem sendo propagado como verdade, legitimando o status de “normal” por responsabilidade dos discursos médicos desde o século XIX “normalizando as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou doença/anormalidade” (LIONÇO, 2009, p. 48).

A cultura heteronormativa que rege a vida social, também ultrapassa os muros da escola e adentra em suas atividades pedagógicas através de práticas sexistas que fragilizam as meninas e de certa forma fortificam os meninos, seja nas brincadeiras, seja nas

atividades, na fala dos professores e demais funcionários da escola. Desta forma, o sexismo se propaga e os modelos de homem e mulher são modelados no dia a dia da rotina escolar, acentuando as diferenças e inferiorizando as igualdades.

O sistema educacional como um todo, estabelece uma função de legitimar valores que regem a sociedade, valores estes que estão em seu *currículo oculto*, onde o mesmo não está diretamente em seu currículo, mas por trás de toda a dinâmica pedagógica, “fazendo hierarquias sociais [...] parece estar baseada em hierarquias de ‘dons’, mérito ou habilidade [...] o sistema educacional preenche a função de legitimação [...] da ordem social. (BOURDIEU, 1977, p. 496).

Legitimar o que a sociedade permite, neste caso, as práticas sexistas dentro do ambiente escolar, legitimam o padrão feminino e masculino ideais, não se aceitando de forma alguma comportamentos contrários a essa ordem cultural estabelecida pela sociedade e reproduzida pela escola. Onde, conteúdos, conceitos, afirmações, brincadeiras e demais vivências escolares estão carregadas de sexismo por trás de cada ação, no seu currículo oculto, assim, “a escola colaborará eficazmente no esclarecimento conceitual do significado de ser menina e fará o mesmo com o menino. Não o fará, porém, sempre de maneira clara e aberta, mas na maioria das vezes de forma dissimulada (MORENO, 1999, p. 16).

Propiciar aos meninos atividades esportivas como futsal, recreação e outras modalidades e as meninas ofertar o balé, as artes e outras áreas do conhecimento tidas como “própria” para as mulheres, é negligenciar o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes em sua totalidade, para Louro (2008) além de entender da diferença a escola a produz, separando sujeitos, hierarquizando, ordenando, afirmando o que cada um pode ou não fazer. Desde cedo à escola vai colocando cada qual no seu lugar podemos, por exemplo, lembrar de nossa infância onde se organizavam filas, brincadeiras e demais atividades pelo sexo masculino e feminino.

As concepções de masculino e feminino vão sendo inculcadas na nossa personalidade e aos poucos vão criando mundos específicos para cada sexo, como se a vida social fosse concedida através da distinção entre os sexos, criando limites e barreiras na construção das identidades, entretanto, há corpos que não se submetem e não aderem a essa norma reinventando-se continuamente (BENTO, 2006).

Ao negar a cultura heteronormativa, os sujeitos vão “contra a maré”, num movimento social denominado de contracultura, segundo Franco (2000):

O próprio processo de conhecimento do outro e de si próprio, nesta troca entre realidades culturais diversas, implica um confronto que vai além do mero reconhecimento do outro. Implica a comparação de si próprio com aquilo que se vê no outro. Neste processo comparativo, é fundamental conhecer e assumir as categorias que permitem fazer este confronto. (FRANCO, 2000, p. 198)

Segundo Cortés (2008) a contracultura é um conceito essencial para entendermos toda uma geração que viveu na década de 1960, e que era descontente com a sociedade tal como era imposta. Portanto, entendemos que, através da contracultura os jovens tiveram a oportunidade de se expressarem de forma livre.

Um movimento social criado pelos jovens que eram em grande parte associados ao comunismo e às esquerdas, para lutar contra o que a sociedade lhes impunha, onde a vontade dos jovens de não pertencer a esse “mundo imposto” por uma sociedade desigual era provocado pelo desejo de “fuga” da sua própria condição social. Ao mesmo tempo em que o ápice desse movimento se apresentou foi “explodida” a indústria cultural, que usou de seus ideais, reivindicações, estilos de vestir, para vender uma imagem específica do jovem, acabando assim por padronizar a própria contracultura.

A ideia de contracultura expressa por Paes (1997) de que além do consumismo de roupas e acessórios que estilizavam esses jovens da época, outras duas categorias definem muito bem a década de 1960, em se tratando de juventude: contestação e rebelião. “Os inconformados com o mundo em que viviam estiveram em todos os segmentos sociais e em todos os cantos do planeta, não só na Ásia e na África ou na América Latina. Mas, talvez, nenhuma contestação tenha sido tão extraordinária quanto aquela realizada pela juventude” (PAES, 1997, p. 20). Os jovens se utilizando do que mais tinham, sua personalidade, seu corpo e seus ideais, buscou um mundo a parte, dessa forma ainda segundo Paes:

(...) para milhões de jovens naquela década, a saída vislumbrada foi a busca de um mundo alternativo. Da recusa da cultura dominante e da crítica ao establishment ou “sistema” (como então se dizia), nasceram novos significados: um novo modo de pensar, de encarar o mundo, de se relacionar com as outras pessoas. Da recusa surgia, na verdade, uma revolta cultural que contestou a cultura ocidental em seu âmago: a racionalidade. (PAES, 1997, p. 22)

No Brasil, a contracultura foi percebida nos movimentos estudantis da década de 60, com cunho político, foi embasado nos ideais da nova-esquerda estadunidense, ainda outros jovens, adeptos do rock no país chamavam atenção para sua estética com pretensões de viver livremente, sem limites, sua própria liberdade. A *jovem guarda* foi um movimento que representou de forma física e simbólica essa geração *rock androll*, que pregava a liberdade acima de tudo, segundo Carmo (2001):

A jovem guarda era a versão nacional da energia rebelde do rock'n'roll, ritmo que estava invadindo o mundo inteiro. Sua música emblemática, *Quero que vá tudo pro inferno*, revela um pouco de seu ideário. Defender a música nacional não importava para esta tribo (CARMO, 2001, p. 43).

O próprio sentido e ideal da Jovem guarda tinha traços fortes do movimento da contracultura, quando pregava a liberdade e o comportamento rebelde e seus traços de insatisfação com o mundo e a estética cultural do país. Tanto no Brasil, como em outros países a presença forte da contracultura não se restringiu em ficar apenas cravado na música e nas letras que pregavam a liberdade e um mundo livre do elitismo da cultura dominante, mas, invadiu outras esferas com o cinema, as artes e as críticas cômicas, segundo Paes (1997):

[...] o inconformismo com os pequenos comerciais e com as imposições dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo, a recusa dos modelos anteriores e a busca de maior liberdade temática, técnica ou de linguagem e, ainda a intenção de provocar a desacomodação e a desalienação (termo característica da época) do espectador (PAES, 1997, p. 8).

A descrença nas maneiras tradicionais de se fazer política, a luta contra a sociedade consumista do capitalismo e seu elitismo, aliadas a recusa de aceitar uma sociedade cheia de valores morais tradicionais com uma cultura rígida e impregnada de valores religiosos e preconceituosos, levaram a juventude da década de 60 a consolidar na história a contracultura como um movimento forte de ativismo político opondo-se a cultura dominante da época.

2.1.5 Igualdade de gênero, um caminho a ser seguido pela escola

A igualdade de gênero é um caminho longo a percorrer, antes que a mesma aconteça é necessário que lutemos antes de tudo por igualdade para todos, não é apenas ensinar o que meninas e meninos devem usar ou como se comportarem, vai mais além, lembramos que:

[...] transformar as relações de gênero é algo que vai muito além do que juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares ou dar o mesmo presente a meninas

e meninas no dia das crianças. Não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações investidas de afeto, além de incidir nas estruturas institucionais. (ALBERNAZ e LONGHI, 2009 p. 89).

Não estamos avançando se, apenas em um momento de brincadeira, de forma esporádica unirmos meninas e meninas em uma brincadeira comum no pátio da escola, atitudes simples como esta não irá mudar a capacidade que a sociedade tem em ser tão desigual perante os indivíduos, a ação tem que ser mais profunda e atingir as bases da escola, ou seja, seu alicerce, sua proposta pedagógica deve estar pautada com os valores de igualdade expressos na constituição e comprometidos com a inclusão em todas as suas formas.

Desde sempre o sistema de ensino foi alvo de discussões sobre o seu papel e sua função social para Bourdieu (2007) aponta uma perversa situação que engendra um lento processo de exclusão no processo de escolaridade que não tem outra função senão a escolarização pela escolarização, desencadeando um processo de eliminação diluído no tempo, mesmo Bourdieu analisando o sistema escolar pela óptica do sistema de classes sociais, mas, sua análise no faz perceber outras ópticas, onde a escola mantém seu processo de exclusão quando se refere também a identidade, gênero, orientação sexual, raça/etnia e outros.

Um sistema de ensino que atende a demanda social e que forma indivíduos prontos para serem aceitos na sociedade em que vivem, com seus padrões “normais”, incluídos numa cultura heteronormativa, deve ser refletido, revisto e mudado, e não é apenas um caso de se olhar apenas para a escola em si, mas, para toda sua estrutura, desde a física até a construção de políticas públicas e curriculares, visto que as mesmas orientam os sistemas de ensino e embutem as desigualdades não só de gênero como outras naturezas na sua ideologia do seu currículo oculto, “as políticas curriculares são, então, alvo da atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar as crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos (LOURO, 2004, p. 130).

A promoção da diversidade deve ser ressaltada e diversos setores sociais devem promover o reconhecimento da diversidade legitimando o papel da educação para garantir a inclusão, é necessário, portanto, considerar a vivência escolar como sendo essencial para que as noções de corpo, gênero e sexualidade sejam socialmente construídas e introduzidas nas práticas pedagógicas buscando a emancipação dos indivíduos, sendo assim:

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização, ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar. (BRASIL, 2007, p.9)

Ultimamente, movimentos constantes em prol da igualdade na diversidade têm sido frequentemente vistos na nossa sociedade e no que se refere à escola, mesmo ainda não praticando uma educação não-sexista, a escola vem aos poucos mudando e abrindo mais espaço para essas questões, isso é inegável, mas o caminho é logo a percorrer, as discriminações, as mais diversas, são dilemas que para serem resolvidos precisam ser “desnaturalizadas”, como afirma Mary Garcia Castro:

Há que se estimular os professores [e professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadania e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, [anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo (CASTRO, 2005).

Não que a culpa das desigualdades na escola serem unicamente atribuídas aos professores, o fato é que, por mais que analisássemos o ponto de vista dos demais funcionários da escola, como diretores, porteiros, secretários e afins, são os professores que levam o conhecimento diretamente ao aluno em sala de aula. São os professores que têm o poder nas mãos de influenciar sua turma seus alunos e, são sem dúvida nenhuma, os professores, a força capaz de construir e realizar uma educação para igualdade na diversidade. A educação que almejamos construir, não sexista, não discriminatória, podendo ser levada e proporcionada ao aluno através de uma boa formação docente, através de um bom professor que percebe o quão injusta é a educação e quanto é cruel a exclusão, a postura do docente precisa ser refletida, desta forma:

Precisamos questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos os/as alunos/as dão ao que aprendem. É preciso estar atentos/as para a nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (FIGUEREDO, 2013, p. 5).

Mais do que questionar o que se está sendo ensinado, é preciso ter em mente que no que se refere à escola, ao convívio escolar e social, não existe padrão de comportamento ideal para menina ou conveniente para o menino, a diversidade é algo concreto que está aos nossos olhos, assim para Magendzo (2006, p. 24-25) a educação em direitos

humanos “deve ser uma educação em valores, tais como tolerância, não discriminação e o respeito à diversidade”

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação teve caráter qualitativo utilizando a coleta de dados através de relatos de experiência e observação da prática docente bem como experiências profissionais na área da educação. Com um caráter investigador, buscou explicar o porquê as práticas sexistas ainda perduram e estão tão presentes na rotina de atividades das escolas reproduzindo e acentuando ainda mais as desigualdades de gênero. Os relatos profissionais e a experiência dos docentes consultados resultaram em deduções pelas quais afirma Cervo e Bervian (2002, p. 34-35):

A dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais (...) a técnica dessa argumentação consiste em construir estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e conseqüente, entre hipóteses e tese, entre premissas e conclusões (BERVIAN, 2002, p. 34-35).

Tendo em vista o caráter qualitativo da pesquisa que, considerou as falas dos observados e consultados sobre o sexismo na escola, contextualizadas com a estória e experiência profissional de cada um, colheram-se relatos de suas vivências onde se apurou e investigou as práticas sexistas praticadas por professores e demais membros da escola no ambiente escolar para com os alunos, bem como o levantamento de dados através de uma pesquisa bibliográfica onde se buscou compreender de forma mais aprofundada sobre sexismo e práticas sexistas, reprodução cultural, igualdade de gênero, currículo oculto, conceitos de cultura e contra-cultura, heteronormatividade e movimento feminista, desta forma afirma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela procura, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Tendo em mente o tema em questão, o sexismo no ambiente escolar, buscamos perceber as vivências escolares de alguns profissionais da área, assim como outros instrumentos de construção de dados foram utilizados, tais como: observações realizadas em salas de aula de escolas particulares e públicas, observações prioritárias das falas e das práticas docentes no âmbito escolar, na própria sala de aula e transmissão dos conteúdos, onde em dado momento do processo de coleta de dados houve intervenções onde o contato

direto no campo de pesquisa se deu através de conversas informais com os membros da escola e demais docentes com o intuito de escutar relatos de sexismo nas escolas.

O primeiro passo da pesquisa foi à realização de observações, as mesmas se dividiram sob os seguintes passos: 1- observação de uma realidade em que o ambiente escolar era uma escola privada, 2- observação de uma realidade em que o ambiente escolar era uma escola pública, 3- observação no âmbito da educação infantil e 4- observação no âmbito do Ensino Fundamental nas suas séries iniciais.

Após as observações feitas nas escolas públicas e privadas e nos âmbitos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em suas séries iniciais, pode-se perceber o quanto foram valiosas as observações para o levantamento dos dados sobre as práticas sexistas que ocorrem com mais frequência nas salas de aulas, assim, entendemos que a observação é uma das características dos procedimentos científicos, sendo um importante método, visto que, partes dos fatos constatados foram realizados através de observações não-estruturadas em sala de aula, no pátio da escola, nos momentos de lazer das crianças e na interação entre professor e aluno e aluno e professor, segundo Viana (apud GUIMARÃES, 2007, p. 16) consiste [...] na possibilidade de o observador integrar a cultura dos sujeitos observados e ver o ‘mundo’ por intermédio da perspectiva dos sujeitos [...]” Nos possibilitando refletir os elementos e comportamentos observados e o que compreendemos sobre a problemática estudada, em nosso caso as práticas sexistas no ambiente escolar.

A primeira visita foi feita em uma escola da rede privada, localizada no município de Campina Grande-PB, na visita, foi observado em primeiro momento à rotina escolar dos alunos em especial dos alunos da Educação Infantil do Infantil I ao Infantil V, em seguida, em um momento reservado foi conversado com as professoras sobre o tema: “Práticas sexistas no ambiente”, e realizado uma entrevista oral com as professoras, onde se perguntou sobre o tema, e também foi levantando algumas indagações sobre as atividades recreativas, sobre o balé e sobre as posturas adotadas para combater o sexismo. Ao escutar as professoras e os funcionários da escola, foram anotados os relatos das pessoas ouvidas para que, esses dados fossem analisados posteriormente.

Ainda na visita da escola privada, observou-se em um segundo momento as salas de aula e a rotina dos alunos do Ensino Fundamental, referentes às turmas do 1º e 2º anos, seguindo a mesma organização de observações e entrevistas orais com as professoras e

observando com detalhe a vivência escolar dos alunos sob o enfoque das práticas sexistas. Após as observações e escuta dos relatos feitos nas entrevistas orais com as professoras e demais funcionários da escola, foram registradas todas as informações colhidas de forma oral.

Da forma como foram colhidos os dados da pesquisa, ou seja, em contato direto do pesquisador na situação de entrevista de pesquisa, foi enfatizado mais o processo que o produto da mesma, e, neste caso, portanto, a preocupação está em relatar a perspectiva dos participantes com detalhes da forma como foi colhida e em co-narrar os relatos ouvidos com clareza de detalhes.

Na segunda visita, nos direcionamos para a escola da rede pública, localizada no bairro do Catolé, na visita a escola em questão, fomos direcionados para as turmas do ensino Fundamental em suas séries iniciais 1º e 2º anos, observamos a rotina da sala de aula, a interação dos professores com os alunos e dos alunos com os professores e reservamos um tempo estabelecido pela direção para a realização das entrevistas orais sobre o tema pesquisado, bem como a realização das anotações das falas dos que foram ouvidos.

Tendo os dados da pesquisa colhidos em seu ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, onde os dados gerados foram predominantemente descritivos e a preocupação com o processo do estudo maior que o produto e análise dos dados tendendo a ser um processo indutivo, não havendo a preocupação em buscar evidências que comprovassem as hipóteses definidas antes do início dos estudos sobre práticas sexistas no ambiente escolar, assim como afirma Ludke e André (1986, p. 11-13, citando Bogdon e Bklen (1982).

A necessidade de se utilizar a abordagem qualitativa para as questões de natureza sexista e toda a amplitude dessa temática, justifica-se pelo fato de o tema não se limitar a um fenômeno biológico, trata-se de uma constituição de natureza social em que se determinam papéis para homens e para mulheres, envolvendo aspectos referentes à relações familiares, sociais, de liberdade, gênero e identidade dentro do contexto social e escolar.

2.3 RESULTADOS ENCONTRADOS E ANÁLISE

Com base nos estudos teóricos apresentados na fundamentação teórica apresentamos neste capítulo os resultados e análise dos dados de toda a experiência profissional

adquirida ao longo de anos no campo da docência no que se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental séries iniciais, bem como o acúmulo de dados gerados através de relatos orais com professores das instituições pesquisadas dentro das esferas públicas e privada, onde foram realizadas entrevistas orais e do acúmulo teórico advindo da pesquisa bibliográfica feita para o estudo das práticas sexistas no contexto escolar.

Diante da análise das entrevistas orais com professores e funcionários da rede privada de ensino e dos seus demais membros da escola, os mesmos não demonstram tanto conhecimento das práticas sexistas dentro de seu ambiente de trabalho, nem mesmo acreditam que suas práticas possam afetar a construção da identidade seus alunos, e defendem que o ensino seja da forma como é, sexista e que delimita o que meninas e meninos podem ou não fazer dentro do espaço escolar.

Ao perguntar sobre se sabe informar se a escola atua em prol da igualdade de gênero e contra a prática sexista no ambiente escolar a **professora A** falou:

Olhe, não podemos estimular os meninos a agirem como meninas e nem deixar que escolham o que querem ser quando crescer (me refiro ao sexo), não estimulamos esse tipo de comportamento pois, estaríamos indo contra a família do aluno, aqui deixar um menino fazer balé seria o mesmo que assinar seu atestado de homossexualidade no futuro. (Professora A)

Diante da fala da professora A, podemos entender que, a cultura da heteronormatividade está presente nas escolas de modo intenso, pois ainda é propagada pela sociedade, verdade que, alguma tolerância ainda é praticada em alguns espaços sociais, mas o fato é que, nenhum pai de aluno matriculado numa escola de elite iria permitir que seu filho fosse “induzido” a praticar o balé, mesmo sendo vontade do aluno, mesmo sendo algo espontâneo e mesmo o balé não o tornando uma menina ou um homossexual, desta forma, em sua obra *A história da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault ressalta a proliferação da discussão sobre sexo e sexualidade, essas sempre classificadas e naturalizadas. Sobre esse discurso o autor explica:

(...)todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo- tratando de proteger, separar, prevenir, assinalando perigos por toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele (FOUCAULT, 1988, p. 37).

A fala da professora e as regras da escola em questão funcionam como instrumentos de controles sociais, que modelam o comportamento de seus alunos de acordo com a

cultura dominante, mesmo o preconceito com relação ao balé parecer um pensamento retrógrado, o fato é que, na teoria, parece coisa do passado, mas, na prática os discursos repressores continuam firmes e presentes nas escolas, gerando uma espécie de violência simbólica ao aluno quando, por exemplo, afirma para o mesmo que, mesmo ele querendo praticar o balé que esta atividade é puramente feminina, constringendo-o ao ponto de excluí-lo e menosprezá-lo diante dos demais.

Ainda no âmbito da escola privada, escutamos um funcionário cujo cargo ocupava o da supervisão, em suas palavras, o sexismo soou como algo distante da realidade da escola, porém, ao referir-se a escola como sendo uma instituição que atende a família com costumes tradicionais, “não podia” de certa forma oferecer e permitir determinadas brincadeiras e muito menos quebrar determinadas regras. Assim sua fala, mesmo que indiretamente está impregnada por discurso sexista, onde afirmou:

Não tratamos com diferença nossos alunos, as brincadeiras são oferecidas da mesma forma, tanto para meninas quanto para meninos, sobre o judô na escola, a procura por essa atividade está direcionada para os meninos, as meninas fazem o balé como atividade esportiva, caso alguma menina se interesse poderá procurar a coordenação da escola para realizar o esporte.
(SUPERVISOR da escola)

O fato é que não se oferece o judô para as meninas porque o judô é tido como um esporte puramente masculino, seria como se oferecer o judô para as meninas de forma direta, fosse o mesmo que estimular nelas comportamentos masculinos, o que para muitas famílias com pensamentos presos a questões morais soaria como uma ofensa o que acabaria afastando essa aluna da escola. O que se presenciou nesse universo do ensino particular foi que, a escola não pode ir ao desencontro dos valores morais da família de seus alunos, e com essa prática o sexismo faz parte da ordem pedagógica que rege as atividades educacionais.

Ao contrário do que foi falado por um dos funcionários da escola, ao observar toda a instituição notou-se que o sexismo está presente em todos os recantos da escola, em algumas salas havia cartazes com nomes de meninos de um lado, onde a cor para os meninos foi o azul e no outro cartaz o nome das meninas onde a cor era o rosa, para a ida ao parque, ao momento da higiene pessoal, as filas estavam organizadas por meninas em uma fila e meninos em outra fila, questionamos essa organização e a professora regente nos falou que o motivo das filas estarem organizadas assim era porque os meninos eram mais “impossíveis” que as meninas, e ela, a professora tinha

muito receio de que algum menino machucasse alguma menina, isso “claro” porque meninos são mais fortes e mais agressivos que as meninas.

Durante todo o tempo das observações, práticas sexistas foram adotadas pela escola, são detalhes que não escapou dos nossos olhos e que contribuem para uma formação preconceituosa e estereotipada das crianças. Ao entregar lápis colorido para as crianças desenharem, em momento nenhum foi entregue aos meninos um lápis de cor rosa, por exemplo, a mesma situação se repetiu com as meninas, as lembrancinhas temáticas entregues no final dos projetos têm cores determinadas para as meninas e cores determinadas para os meninos.

Presenciamos que, no final de um projeto didático, uma lembrancinha cor de rosa foi entregue por acaso a um dos meninos da sala do Infantil III, no outro dia fomos informados pela professora que a mãe do aluno em questão levou a lembrancinha de volta para a escola, afirmando ter se tratado de um engano, pois, o filho dela não costumava usar cores femininas e que por gentileza entregasse outra lembrancinha para o seu filho de preferência com uma cor masculina.

Segundo Coelho e Costa:

Desde cedo, as crianças começam a observar, dentro de casa, que existe um padrão em que o homem é dominante, as mulheres acabam subordinadas às crianças e aos homens, e estes são mais livres das responsabilidades com a casa, para definir suas próprias prioridades. A socialização na infância, que tem centralidade nas maneiras de brincar, vão se transformando, desde cedo, em diferenciais que determinam masculinidades e feminilidades. (COELHO e COSTA, 2013).

As famílias já inculcam nas crianças um modo de ser de ver o mundo, estabelecendo padrões para homens e para mulheres, a escola, por sua vez, reproduz e reforça esse sexismo extremo em suas atividades cotidianas ou mesmo em simples detalhes que parecem bobos, como por exemplo, entregar uma lembrancinha na cor rosa por engano a um aluno e aceitar a lembrancinha de volta sem ao menos indagar que não havia motivos caso um menino recebesse algum objeto na cor rosa e que a cor não determina a orientação sexual.

Finco (2010) afirma que:

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na Educação

Infantil. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino, e vice-versa (FINCO, 2010)

A cultura da heteronormatividade é propagada no meio escolar em pequenos gestos que às vezes “inocentes”, acabam por construir identidades e modelando o comportamento e jeito de ser das crianças, com relação às observações e dados colhidos no ensino fundamental em suas séries iniciais, ainda na escola privada, as atitudes sexistas das professoras no geral são muito comuns e o entrosamento entre meninas e meninos nem sempre acontece.

Na hora do recreio, meninas estão sempre com seus grupinhos, lendo livros, brincando com suas bonecas, meninos estão correndo de um lado para outro sem parar, toda hora a professora tem que chamar atenção para acabar com as brigas entre os mesmos, muitas vezes meninas saem primeiro para o parque, enquanto os meninos por terem conversado durante a aula saem depois, é muito comum ouvir as professoras falarem, os meninos são muito agitados e as meninas comportadíssimas, os meninos são mais agressivos e as meninas estão sempre calmas brincando com suas bonecas e suas casinhas.

As entrevistas orais com as professoras que foram ouvidas constataam práticas sexistas como rotineiras entre todos da escola, meninas vão para o parque em suas filinhas, com as mãos na cintura com posturas elegantes e delicadas, meninos estão em suas filas com mãos para trás, sérios, na tentativa de disciplinar os meninos, as professoras são mais firmes, cobram posturas mais rígidas já para as meninas exigem elegância e suavidade.

Em um relato feito por uma professora do ensino Fundamental, séries iniciais, nos revelou que, em pequenos detalhes, as práticas sexistas fazem mais parte da rotina das escolas do que se é capaz de imaginar, segue o relato:

Podemos não admitir que o sexismo está presente na nossa prática pedagógica, mas, o fato de negar isso, não quer dizer que não exista, para se ter uma noção, nós como escola, evitamos até mandar recados nas agendas com papel rosa, para evitar que os pais não achem estranho um papel cor de rosa na agenda do seu filho, eu mesmo, evito, ao fazer lembrancinhas usar papéis cor de rosa ou azul, uso cores “neutras” para evitar problemas com os pais dos alunos, que cobram muito da escola posturas adequadas diante da educação dos filhos (PROFESSORA B).

Impregnado de conduta sexista, o ensino de muitas escolas evita conflitos com os pais e age atendendo a extensão da educação recebida em casa, uma educação preconceituosa e discriminatória, ao questionar o fato da educação para igualdade no âmbito da escola privada, recebi como resposta de muitos dos professores e funcionários um discurso

quase que coletivo e com a mesma base ideológica, onde se afirmou que não se podia interferir na construção de gênero dos alunos porque essa questão era responsabilidade dos pais e que a escola tinha que manter certas posturas para meninas e determinadas posturas para meninos e que de forma alguma iria estimular o contrário.

Registramos também o relato de uma professora onde a mesma relata uma situação pessoal que ocorreu dentro do ambiente escolar entre ela, um aluno, uma mãe e a direção da escola, segue o relato:

Pessoalmente sempre incentivei que meninos e meninas tivessem oportunidades iguais e particularmente procurei em minhas aulas banir o preconceito principalmente com relação às brincadeiras, até porque nunca achei que, pudessem existir brincadeiras só para meninos ou brincadeiras e brinquedos só para meninas. Eu tinha um aluno de sete anos de idade que gostava muito de uma de suas colegas de classe, ele estava sempre perto dela e brincando com ela, consequentemente tinha contato com suas bonecas e eu nunca vi problema nenhum nisso. O menino e a menina passavam o recreio todo brincando juntos, várias vezes vi o menino pegar na boneca e brincar livremente e se divertir com isso. Em certo dia, sua mãe veio lhe pegar mais cedo e presenciou brincando com a boneca da sua coleguinha, se aproximou de mim e me perguntou se eu não estava vendo aquilo, eu falei que era comum ele brincar com a menina. Notei que a mãe pegou o menino e saiu bem chateada. No outro dia fui chamada pela coordenação da escola e pela direção para comparecer a diretoria. Fui chamada atenção por permitir que o menino brincasse com a boneca e ainda porque o deixava durante muito tempo brincando no meio das meninas, quando na verdade o lugar dele era brincando e correndo com os meninos. Fui obrigada, digamos assim a estimular a criança a ficar mais com os meninos, a nunca mais pegar a boneca e a conversar com ele que ele deveria estar correndo e jogando bola com os outros colegas (PROFESSORA C).

Foucault (1988) ressalta que passamos de uma sociedade em que os códigos eram frouxos e as práticas indiscriminadas, para uma sociedade em que o controle se dá de forma discursiva generalizada. Sendo assim, é necessário situar a escola na construção de um projeto político-pedagógico histórico e cultural, com um ideal democrático que reflita, ao mesmo tempo, a complexa diversidade de grupos, etnias, gêneros, como também os processos de afirmação de identidades, valores, vivências e cultura. Desta maneira, vislumbramos a instituição escolar demarcada não só por relações de perda, exclusão, preconceitos e discriminações, como por afirmações (Arroyo, 1996).

Saindo do âmbito da escola privada para a esfera pública foi observado que, não existe tanta cobrança dos pais com relação ao trato da escola com os alunos, as práticas sexistas que foram observadas partiram dos próprios comportamentos das professoras em relação aos alunos, onde suas concepções pessoais de alguma forma estavam presentes em suas ações pedagógicas, nos fazendo interpretar na maioria dos casos que

a questão da formação docente não atende a demanda de forma satisfatória das questões relativas à sexualidade e a construção de gênero, surge então à necessidade de uma formação adequada, desta forma afirma:

A conscientização da importância de uma mudança de atitudes como esta exige um trabalho de desconstrução de preconceitos e mitos relacionados ao senso comum. A solução para esta questão seria contar com uma formação docente capaz de, promover um espaço de convivência democrática baseada em uma educação igualitária e não sexista. (FINCO, 2008, p. 271).

Associados ao senso comum, os discursos e posturas das professoras observadas demonstram claramente o despreparo da escola como um todo no que se refere ao sexismo e a igualdade de gênero, muitas vezes os professores estão atrelados as suas concepções pessoais de vida do que propriamente ao seu conhecimento científico sobre sua prática docente, agem de forma pessoal e não se dão conta de que estão instruindo pessoas e que suas falas irão afetar diretamente os alunos no processo de ensino.

Presenciamos uma cena em que a professora vai consolar um aluno que chora porque o colega pegou o seu lápis, a referida professora diz ao seu aluno que ele pare de chorar porque “chorar é coisa de mulherzinha”, refletindo sobre a fala desta professora o quão discriminatória e despreparada aparenta ser e o quanto de impacto na vida daquele aluno vai ter para o resto de seus dias escolares e para sua própria vida pessoal, afetando não só sua autoestima, como também a construção de sua identidade e personalidade. O comportamento desta professora nos leva a refletir, assim:

Teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar necessariamente, com múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia. Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estamos nós próprias(o)s envolvidas (o)s nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas (o)s e que, portanto, também nos dizem respeito (LOURO, 1977, p. 64-65).

Outras falas de natureza sexista foram ouvidas durante as observações, falas como “se comporte melhor, você já está uma mocinha”, esta fala foi de uma professora para uma aluna que estava correndo e se chocou em um outro aluno na hora do recreio, a menina sempre foi vista pela escola como aquela pessoa que deve ser um exemplo de

comportamento, sua parte corporal sempre foi controlada seja por seus pais ou seja na escola, lhe é negado poder de correr, movimentar-se livremente, jogar bola e outras atividades que mexem com o corpo, desta forma afirma Louro (2000):

É ainda na infância que meninas aprendem a ocupar um espaço corporal bastante limitado e com consequência disto desenvolvem certa timidez corporal. Desde pequenas são treinadas para o cuidado, o instinto maternal quando brincam com bonecas, já os meninos desenvolvem mais raciocínio lógico, a agilidade com brinquedos de montar, construir, moldar, dentro de outros. Isso virá a refletir na sua escolarização, atividades que envolvem cálculos são de preferência masculinas, e apesar de terem a mesma possibilidade, as meninas acreditam serem menos capazes, ou não aptas, para a matemática. (LOURO, 2000, p. 27).

Diante dos fatos apresentados e das falas das professoras observadas e consultadas nas esferas pública e privada, percebemos que as práticas sexistas estão muito presentes na rotina das escolas, mais do que imaginávamos, a formação dos professores, a interferência dos pais e os resquícios de uma educação religiosa, baseada numa moral e numa cultura heteronormativa, fazem das práticas sexistas instrumentos cotidianos e porque não dizer pedagógicos, que auxiliam na propagação de uma educação discriminatória, preconceituosa e sexista.

No geral ficou esclarecido que, a escola privada tem uma preocupação em não desafiar os pais e oferecem aos alunos uma educação que pode ser entendida como uma educação extensiva que na verdade é uma educação moral que vem de casa e se estende até a escola, assumindo um caráter sexista, a autonomia dos professores é mínima diante de decidir o que os alunos irão receber de informação sobre determinados assuntos, os meninos seguem um modelo tradicional de crianças da elite, aquele que a escola vai tornar ainda mais ativo, inteligente, pronto para atuar nas áreas das ciências exatas, um líder nato dentro da sua masculinidade, o mesmo com as meninas, os pais matriculam suas filhas na escola e esperam que a instituição as torne ainda mais femininas, educadas, inteligentes e com capacidades a mais nas áreas das ciências sociais e humanas, com caligrafias perfeitas, postura de bailarinas e um comportamento refinado diante dos demais.

Não há uma preocupação de a escola particular interferir de forma tão profunda na formação sexista da criança, pois acredita-se que isso irá interferir na permanência do aluno na escola, ou seja, irá perder não apenas alunos, mas, antes de tudo clientes. Atender a uma educação elitizada, aquela em que a cultura dominante aceita e aquela que vai formar o filho da elite em medicina, direito e demais engenharias parece não ser

a mesma educação democrática que cultiva a igualdade como missão principal da escola e que futuramente vai fazer daquelas crianças pessoas não estereotipadas que seguem um mesmo perfil social.

Na esfera pública, as situações observadas configuram práticas sexistas, mas, aparentemente não pelos mesmos motivos da escola privada, enquanto que, as escolas privadas primam por uma educação elitizada que determina como meninas e meninos devem agir e se comportarem, na escola pública as coisas são mais “livres”, não há uma cobrança na formação direta das identidades das crianças, o que acontece é que, a própria formação dos docentes muitas vezes não está apropriada para tal realidade e para o enfrentamento de questões relativas ao sexismo escolar.

Na escola pública, a forma de agir das professoras baseadas no senso comum e a não preocupação em entender que sua fala afeta diretamente a formação de seus alunos, constitui uma realidade escolar em que o sexismo existe e a questão de combatê-lo estaria ligada a formação docente, onde professor iria de “desfazer” de alguns vícios de sua prática para se “reinventar” profissionalmente, onde alguns conhecimentos e práticas cristalizados pelo tempo pudesse ir se descompondo numa espécie de atualização do conhecimento, onde o mesmo pudesse estar aberto para novas discussões, novos conhecimentos para educar com maior qualidade as novas gerações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados, do levantamento bibliográfico sobre práticas sexistas no ambiente escolar e das observações feitas nos âmbitos escolares privado e público onde foi colhido relatos de experiências escolares e profissionais sobre o tema em questão, concluímos que, o despertar para a igualdade entre os gêneros teve seu grito ecoado nos movimentos feministas da década de 60 que explodiram em muitos países como resultados de insatisfações femininas e ao grito de liberdade e igualdade de direitos que deveriam ter na sociedade.

A luta pelo direito de votar e conquistar mais espaço na sociedade fez com que o movimento feminista desse os primeiros passos para combater o sexismo e a cultura heteronormativa que regiam e ainda regem as relações sociais tanto nas instituições como escola e família quanto nos ambientes sociais frequentados pelos indivíduos. Os homens começaram a perceber as mulheres e as mulheres por sua vez iniciaram seus movimentos de empoderamento feminino para conquistar seu espaço social que deixa de ser apenas seu lar e passa a ser a sociedade como um todo.

Entendemos que somos reflexos de uma cultura e que a mesma é reflexo de uma elite, de uma classe dominante que dita saberes e valores que vão sendo repassados de uma geração adulta para uma geração mais nova, e nesse processo de transmissão de valores, as gerações vão sendo influenciadas por uma ordem social que as rege, afetando também a escola, a cultura normativa praticada e aceita será aquela praticada e ensinada na escola.

Contra toda essa sociedade capitalista de consumo e de valores elitizados surgiu o que se denominou de contracultura, um movimento que veio “nadar contra a maré” de uma sociedade desigual e que com o apoio de artistas conseguiu grande repercussão buscando um mundo a parte, uma vida alternativa, esse era seu ideal, esse mergulho histórico da pesquisa nos fez compreender a importância de lutar contra o que nos é imposto como verdade absoluta o que nos faz repensar nosso papel como educadores de suscitar nos alunos a vontade de se construir um mundo melhor e igual para todos sem que isso seja uma utopia e fique apenas nos nossos ideais.

Descobrimos que as práticas sexistas são reflexos de uma cultura heteronormativa que impõe limites para homens e mulheres, criando estereótipos e determinando o que cada

sexo é capaz de fazer, na prática, descobrimos que de fato, a teoria reflete a realidade e a escola por sua vez reproduz essa cultura dominante seja diretamente ou seja no que chamamos de currículo oculto.

A pesquisa realizada com os professores da pública nos mostrou uma realidade assustadora quando nos referimos ao sexismo. O senso comum toma conta das salas de aula trazendo para os alunos algumas situações constrangedoras e frustrantes advindas da falta de preparo dos docentes para enfrentar dilemas para saírem de suas zonas de conforto libertando-se de pensamentos e práticas retrógradas que fazem com a discriminação entre homens e mulheres se acentuam ainda mais.

No âmbito da escola privada a situação também nos remete a refletir sobre o papel da escola em reproduzir a cultura dominante através de atividades que formam meninas para serem cada vez mais delicadas, prendadas, estudiosas, comportadas e organizadas, práticas estas claramente percebidas nas observações e falas dos docentes. Verifica-se em todas as falas o não aceitação em afirmar que a escola é sexista por natureza, quando a realidade escolar que nos apresenta denuncia o contrário.

O levantamento de dados referentes as práticas sexistas trouxe algumas surpresas para nós em especial, alguns relatos foram marcantes quanto ao posicionamento das escolas em combater o sexismo, a realidade e os fatos nos fez concluir que, a escola de fato vem para atender a demanda social que exige que meninos saiam da escola tendo apreendido informações mais que únicas aos conteúdos, deverão sair da escola forte, ativos, líderes, com grandes habilidades em áreas de conhecimentos tradicionais, tidas como nobres, como é o caso da medicina, das engenharias e do direito, com corpos adestrados modelados e estereotipados de homens de sucesso.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de A. Transmissão da cultura. IN _____ **A culturabrasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INS, 1976.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALBERNAZ, Lady Selma. LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para as relações igualitárias entre os homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação; Interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 14º ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARROYO, M. G. “Prefácio”. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- BOURDIEU, P. **Cultural reproduction and social reproduction**. New York: Oxford University, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989.
- BORBA, Jorge Falcão. RUSSO, Maria José de Oliveira. **Contradições na escola: a violência no lugar do desenvolvimento humano**. Revista múltiplas leituras.V.4, N.2, 2011. Disponível em: < <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/654-ml/v04n02/5607-contradicoes-na-escola-a-violencia-no-lugar-dodesenvolvimento-humano.html>> Acesso em: 06/11/2017.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1982.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CAVALCANTI, E. A queima dos sutiãs- a fogueira que não aconteceu. (<http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu>) acesso em novembro de 2017.
- CERVO, Amado L. & BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COELHO Edméia de Almeida Cardoso., COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. **Ideologias de gênero e sexualidade: a interface entre a educação familiar e a formação profissional de enfermeiras**. vol.22 no.2 Florianópolis Apr./June, 2013.

CORTÉS, Tania Arce. **Subcultura, contracultura, tribus urbanas y culturas juveniles: ¿homogenización o diferenciación?**. Revista Argentina de Sociología. Buenos Aires. Ano VI, n. 11, p. 257-271.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação na primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. **A Educação nas constituintes brasileiras**. Campinas –SP: Autores Associados, 1996, p. 69- 80.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CASTRO, Mary Garcia, Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M.O. (Org) Lei 10.639/03 – **educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

DÜRKHEIM, E. (1972). **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos.

FINCO, Daniela, VIANNA Claudia. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder**. Cadernos Pagu nº. 33 Campinas Jul/Dez. 2009.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade do saber. 19º ed.Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p.37

FRANCO, Maria Ciavatta (org.). “**A relação trabalho e educação – Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)**”. Rio de Janeiro: PUCRJ, Tese de Doutorado, 1990.

FRANCO, Maria Ciavatta. **Quando nós somos o outro: questões teórico metodológicas sobre os estudos comparados**. Educação & Sociedade, ano XXI, n.72, p.197-230.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira. **Corpo Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MAGENDZO apud SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos**. In: Curso de Pós-graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo VIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org). **Currículo: questões atuais**. São Paulo: Papirus, 1997.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política**. 4 ed. São Paulo: Ática, S/D.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores associados, 1998.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. A organização escolar no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente. In: _____. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 15. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

ZYGMUN, Bauman. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.